



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

NARRATIVAS PATRIMONIAIS: O DISCURSO E AS LEIS DE TOMBAMENTO NOS PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEOS.

Priscila Maria de Jesus

Universidade Federal do Pará

pmj@ufpa.br

Resumo: O presente artigo analisa as leis de preservação do Patrimônio Cultural existentes no Brasil e no estado da Bahia, com ênfase no patrimônio arquitetônico, como parte da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Crítica Cultural (UNEB) e do projeto de extensão em andamento na Faculdade de Artes Visuais, na Universidade Federal do Pará, intitulado “Cultura, memória e identidade nos bairros: um estudo dos processos de musealização a partir das narrativas”, que tem como objetivo estudar os patrimônios presentes em um bairro belenense. A partir da reflexão sobre essas leis parte-se para pensar a salvaguarda do patrimônio na contemporaneidade: seja Patrimônio Material protegido através do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - ou pelo IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia –, com base em legislações específicas que são compostos por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza que pode ser material: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico e de Belas Artes e dos produtos artísticos, artesanais e técnicos; e o imaterial: as expressões literárias, linguísticas e musicais, os usos e costumes, as manifestações culturais e festividades, que caracterizam um grupo ou uma nação em seus aspectos históricos, culturais e sociais (FONSECA, 2005). Embora o Governo Federal não possua uma lei que obrigue os estados a criarem mecanismos para a salvaguarda do patrimônio cultural, os Compromissos de Brasília (1970) e o de Salvador (1971) orientam estes na criação de programas de preservação do patrimônio local (MACHADO, 2009), a exemplo, na Bahia, com IPAC, órgão responsável pelo tombamento de diversos bens materiais e imateriais, e que apresenta uma legislação própria para a patrimonialização destes. Ao traçar o panorama dos espaços de preservação na contemporaneidade, além de ressaltar a importância dos estudos sobre os bairros, espaço de trocas, vivências e transformações dos indivíduos, percebe-se a complexidade de formular e/ou implantar modelos de musealização nas cidades contemporâneas. Partindo dessa premissa, a presente pesquisa busca fazer uma análise do processo de tombamento a nível estadual, o da Estação Ferroviária São Francisco, no município de Alagoinhas/BA e da importância das narrativas dos moradores do bairro onde está localizado esse patrimônio, para compreender a atuação desses no processo de e as possíveis interferências-relações que estes traçam com o patrimônio institucionalizado existente no presente bairro.

Palavras-chave: Patrimônio; Musealização; Narrativas; Estação Férrea; Legislação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Os antecedentes ou algumas questões para saber

O pensar a salvaguarda do patrimônio, tem sua quando a França e a Inglaterra após passarem por um período de devastação dos seus monumentos antigos para que se começasse a pensar em mecanismos de preservá-los como testemunhos de uma época, uma cultura, uma nação. A mudança de tempo – ou era – pela qual passavam essas nações fez com que se repensasse os valores sociais e qual o legado que seria deixado, permitindo movimentos de preservação de patrimônios que estavam diretamente ligados às memórias da coletividade, memórias estas que muitas vezes não pertenciam ao espaço-tempo no qual seu interlocutor/narrador vivia. Esses patrimônios, embora selecionados inicialmente pelo seu valor histórico e artístico, com o decorrer dos anos e a ampliação dos estudos patrimoniais foram abarcando cada vez mais novos testemunhos materializados, ou não, de um determinado grupo social.

Na França foi com a destruição de suas esculturas, igrejas e castelos durante a Revolução Francesa começou a se questionar a brutalidade desses atos e a necessidade de preservar para a posteridade, esses testemunhos de uma época, uma sociedade, fazendo com que se criasse o conceito de *monumento histórico* e as premissas para a salvaguarda de edificações na França revolucionária.

Seria preciso elaborar um método para preparar o inventário da herança e definir as regras de gestão. Por sugestão de Mirabeau e de Talleyrand, criou-se uma comissão dita “dos Monumentos” para esse fim. Em primeiro lugar, ela deve *tomb* as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Em seguida, cada categoria é por sua vez *inventariada* e estabelecido o estado em que se encontra cada um dos bens que a compõem (decreto de 13 de outubro de 1790). Por fim, e sobretudo, antes de qualquer decisão sobre sua destinação futura, estes são protegidos e postos “fora de circulação” em caráter provisório, seja reunindo-os em “depósitos”, seja pela aposição de selos, especialmente no caso de edifícios. (CHOAY, 2006, p. 99-100).

Tem-se, assim, um dos princípios do processo de salvaguarda de edificações na sua individualidade, que culminariam, em 1837, com a criação da *Comissão dos Monumentos Históricos* e, algumas décadas depois, ampliando-se até configurar a noção de cidade histórica (CHOAY, 2006), na qual engloba muito mais que algumas edificações, mas todo o conjunto de significados que acompanham esses bens quando inseridos numa lógica museal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Esse processo que se desenvolveu ao longo dos séculos XVIII e XIX na Europa, só chega ao Brasil no século XX. Vale ressaltar que a diferença temporal de formação de um Estado (enquanto organização política de determinado grupo, sociedade) entre esses dois continentes e os locais citados contribui para essa defasagem de tempo em pensar monumentos/patrimônios entre o Brasil e a Europa.

O pensar o que seria patrimônio nacional e estratégias de sua salvaguarda por meio de mecanismos legais começa no segundo quartel do século XX, por nomes como Jair Lins, Luis Cedro e Wanderlei Pinho, culminam com o Anteprojeto de Mário de Andrade que lançou as bases para a criação de uma instituição a nível nacional que pensasse a salvaguarda das memórias nacionais materializadas. Embora o projeto de Mário previsse uma ampla noção do patrimônio, além do famoso “pedra e cal”, quando entra em vigor o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, as bases para pensar patrimônio baseavam-se, sobretudo, nas classificações do que se entendia por histórico e artístico, o mesmo *monumento histórico* pensado pelos países europeus no século XVIII, deixando de fora os estudos da cultura popular.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) com base em legislações específicas era composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza material: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes e Artes Aplicadas, mas o mesmo abria a possibilidade de criação de novos Livros de Tombos para os bens que não fossem cabíveis nesses quatro livros (COLETÂNEA, 2006).

Para Watremez (2008) o estudo do objeto patrimonial faz com que se compreenda como as sociedades detentoras desses patrimônios o constroem, mas pode-se ir mais longe, faz compreender também, quais memórias as instituições responsáveis pela sua salvaguarda desejam legitimar. O Decreto-Lei nº 25 definiria o que seria tido como patrimônio e delimitaria todos os bens que seriam possíveis de serem salvaguardados.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (COLETÂNEA, 2006, p. 99).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Essa concepção de patrimônio incluía apenas os bens de natureza material e que estavam diretamente relacionados ao fortalecimento e afirmação de uma identidade nacional. Nesse processo de reconstrução de identidades no qual se insere o patrimônio, sua legitimação visa proporcionar, em um primeiro momento, um sentimento de segurança e de pertencimento entre o indivíduo e o bem patrimonial. Assim o próprio Decreto-Lei prevê a participação dos Estados na formulação de leis que salvaguardem o patrimônio a nível local.

Na Bahia década de 1960 foi marcada pela formulação e promulgação das leis para pensar o patrimônio estadual, antecipando os Compromissos de Brasília (1970) e o de Salvador (1971) que orientavam os Estados na criação de programas de preservação do patrimônio local (MACHADO, 2009). A criação da *Divisão de Museus e Patrimônio Cultural* e da *Fundação do Patrimônio Artístico de Cultura do Estado*, com a Lei nº 2.464 de 13 de setembro de 1967 deu início aos processos de musealização do patrimônio estadual, preservando bens que não tinham sido tombados até então pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Vale ressaltar que essas duas instituições apresentavam funções distintas no que concernia ao patrimônio baiano. Enquanto a Divisão de Museus e Patrimônio Cultural tinha a função de desenvolver ações de salvaguarda por meio da classificação, inventário e tombamento, à FPACB cabia a função promover a divulgação e conservação desse patrimônio, como ressalta o artigo 23, que dispõe sobre as competências da Divisão: “1- Inventariar, classificar e tomba monumentos, obras, documentos e objetos, sítios de valor histórico e artístico existentes no Estado, promovendo a sua conservação.” (LEI Nº 2. 464, p. 08).

Além desse caráter técnico de ações musealizantes, destaca-se no mesmo artigo a ênfase por uma capacitação e difusão do conhecimento teórico-prático na área da Museologia por meio da realização de estudos, pesquisas e a promoção de cursos. O presente artigo foi revogado pelo artigo 20 da Lei nº 2.879, de 20 de janeiro de 1971, com a criação da *Fundação Museus do Estado da Bahia*, que desenvolveria ações específicas apenas para o setor museal, como a regulamentação e funcionamento dos museus do Estado e o controle e registro de comerciantes de antiguidades. Pode-se entender que essa função de qualificar um corpo técnico para atuar nos museus baianos seria suprida pelo então recém-criado Curso de Bacharelado em Museologia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, no ano



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de 1970 pelo Prof. Valentim Calderon, docente do curso de História e idealizador e primeiro coordenador do Curso de Museologia da UFBA.

Uma década após a criação da FPACB, o governador Roberto Figueira Santos (mandato exercido de 1975 a 1979) sancionou a Lei nº 3.660, de 08 de junho de 1978, a qual dispunha sobre o papel do Estado no tombamento do patrimônio, além de especificar parâmetros para a sua realização, destacando-se o papel do proprietário, a preservação do entorno e a criação dos livros de tomo estaduais. Percebe-se, dessa forma, a estruturação do Governo estadual, por meio de dispositivos legais, que permitiam que esses bens fossem preservados para a posteridade. Com a Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, foi extinta a FPACB e foi criado em seu lugar o atual Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC/BA), órgão responsável pelo tombamento, conservação e divulgação do patrimônio material baiano.

Esse processo de estruturação de diretrizes para pensar o patrimônio a nível estadual possibilitou a configuração de uma instituição que nos finais do século XX, em consonância com os processos de patrimonialização existentes em território nacional e no mundo, ampliaria seu leque atuação, ao incluir o patrimônio imaterial como possibilidade de registro, que seria consolidado a partir de 2000, com a Lei nº 8.895 de 16 de dezembro de 2003. A mesma Lei criou a *Comissão de Espaços Preservados*, além de reafirmar o papel do IPAC no que concerne ao tombamento. Nesse mesmo período houve uma ampliação no número de bens tombados na Bahia, sobretudo no interior do Estado.

Musealização: a construção de uma metodologia de trabalho

Buscando formas de se pensar procedimentos metodológicos que corroborassem com o pensar Museológico, percebe-se que por seu caráter interdisciplinar a Museologia pode-se utilizar de diversos procedimentos que corroborem com o desenvolvimento de pesquisas no campo museal. Ao se pensar a construção do patrimônio pelo viés das suas comunidades, percebe-se o papel importante do estudo das narrativas e os processos de construção/apropriação dos patrimônios por estes.

Para compreender a legitimação de um patrimônio é necessário entender seu processo de musealização, ou melhor, no que consiste musealizar algo, que de uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

forma inicial, pode ser entendida como a passagem do *objeto* para *documento*, sua retirada de uma configuração real (sua função precípua) para se tornar um bem patrimonial.

La musealización, como processo científico, abarca el conjunto de actividades del museo: el trabajo de preservación (selección, adquisición, gestión, conservación), de investigación (del que surge la catalogación) y de comunicación (por medio de la exposición, las publicaciones, etc.) o bien, desde otro punto de vista, las actividades vinculadas a la selección, la saurización y la presentación de aquello que se ha transformado en musealia. No obstante, el trabajo de musealización solamente conduce a dar una imagen que no es más que un sustituto de esa realidad a partir de los objetos seleccionados. (CONCEPTOS, sitio web, p. 51).

Essas ações que compõem as ações desenvolvidas pelos profissionais da área patrimonial, podem ser realizadas com objetos dos mais diversos tipos e suportes, nos mais diversos contextos, um objeto para ser musealizado não precisa estar necessariamente em um museu. Deve-se compreender a musealização como a integração de ações/procedimentos museológicos, o qual resulta de uma análise crítica e seletiva da delimitação do que será transformado em documento e quais as informações que serão mantidas sobre tal.

Pensar as narrativas como um procedimento de aquisição de informações para a salvaguarda de determinado bem, passa pela construção das memórias individuais e coletivas que foram traçadas com determinado objeto/documento. São essas memórias, construções do passado no presente, acrescentarão significados a um patrimônio, os quais geralmente são socializados por meio da oralidade, como elucidada Ferreira Netto:

Por ser um fenômeno cognitivo [a memória], tem a restrição de apenas se tornar pública nas suas manifestações físicas na forma das linguagens disponíveis para isso. Dentre essas linguagens, a língua é uma das que melhor propicia a sua exteriorização. De maneira geral, antes dessa exteriorização numa forma de linguagem qualquer, pouco se pode afirmar a respeito dela, sequer a sua existência. (FERREIRA NETTO, 2008, p. 17)

A exteriorização das memórias, sejam individuais ou coletivas, contribui para os processos de pesquisas patrimoniais seja dos objetos que estejam dentro ou que vão entrar em um museu ou fora de suas paredes (como os casos dos ecomuseus, museus comunitários, tombamentos de edificações, entre outros). O que se busca, além das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

informações referentes a tais bens, são as representações que são possíveis e foram realizadas ao longo de sua existência até se tornar um bem patrimonial e depois.

Quais são, portanto, os elementos construtivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, sítio web, p. 2).

Nesse processo, a utilização de *entrevistas narrativas* como um ferramental metodológico para pensar os processos de musealização busca “[...] reconstruir acontecimentos sociais a partir das perspectivas do informante, tão diretamente quanto possível.” (GASKELL, 2008, p. 93). Essas entrevistas narrativas serão direcionadas para que esses informantes possam recontar fatos e acontecimentos que se tornaram importantes, sob a sua ótica, para a salvaguarda do seu patrimônio local e/ou pessoal. Além das entrevistas narrativas, a utilização de *entrevistas individuais ou de profundidade* possibilita a cobertura de fatos e temas que não foram contemplados nas entrevistas narrativas.

Pensando os casos de Alagoinhas

A particularidade dos processos de musealização existentes na Cidade de Alagoinhas, localizada há 107 km de Salvador/BA, é em como sua população civil utilizou-se dos instrumentos legais para garantir a manutenção e preservação dos seus patrimônios.

A cidade de Alagoinhas tem sua formação associada a uma possível rota de tropeiros, cujo polo foi se desenvolvendo até culminar na segunda metade do século XIX com a criação da Estação Ferroviária São Francisco, o que impulsionou o desenvolvimento da cidade. Na atualidade os estudos e pesquisas realizados pela Fundação Iraci Gama (FIGAM) dividem a cidade em dois núcleos culturais: o Núcleo I – formado pelas ruínas da igreja em estilo jesuítico (v. Foto 01), cujo projeto nunca foi



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

terminado com a migração do centro da cidade para as proximidades da Estação; e o Núcleo II – composto pelo conjunto tombado com a Estação Férrea (v. Foto 02).

Destaca-se o papel aglutinador de atividades do cotidiano que inseriam o espaço da Estação, uma área de convivência e trocas simbólicas. No que concerne ao patrimônio preservado, espaços de convivência como a Estação só passariam a ser vistas como um bem possível de tombamento com a ampliação da noção de patrimônio, que ocorrerá na década de 1970, quando se passou a pensar o patrimônio a partir da noção de comunidade.



Foto 01 – Ruínas da Igreja. Fonte: Arquivo Pessoal.

As ruínas da Igreja, cartão postal da cidade de Alagoas na contemporaneidade, foi tombada por um decreto municipal após solicitação e mobilização da sociedade civil. O tombamento veio atender à solicitação da população para preservar um marco da memória e da identidade dos moradores da cidade de Alagoas. Nas proximidades das ruínas existe um Parque, cuja FIGAM, juntamente com a Associação de Moradores do bairro de Alagoas Velha pretendem transformar em um Museu a céu aberto. A utilização dos mecanismos criados pela União em suas mais diversas esferas para pensar a preservação de seus espaços significantes reflete as transformações que o patrimônio foi sofrendo, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A utilização de uma ferramenta das esferas legislativas da União (seja a nível Federal, Estadual ou Municipal) para criar mecanismos que possam ser revertidos em prol da sua população permite que esses bens, após serem tombados, sejam valorados e cuidados pela população civil, como parte da própria história desses indivíduos.



Foto 02 – Estação Ferroviária São Francisco. Fonte: Arquivo Pessoal.

O processo de tombamento da Estação Férrea São Francisco abrange a Estação de Passageiros (construída em 1880), a estação de Mercadorias (início do século XX), o Chalé do agente da estação do final do século XIX (v. Foto 03) e o pátio de manobras (PROCESSO, 2002). Construído em tijolo e metal, que com o passar dos anos e o sucateamento da estação a partir da segunda metade do século XX. O fechamento da Estação para o transporte de passageiros com a sua passagem para apenas uma Estação de carga e a instalação da Petrobras na cidade culminam com a deterioração da estrutura arquitetônica da Estação, o que pode ser percebido com a análise das *Fotos 02 e 03*.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina



Foto 03 – Chalé do Agente da estação. Fonte: Arquivo Pessoal.

Tombada pelo IPAC/BA em novembro de 2002, sob o processo de número nº 002/91, a vistoria dos técnicos da Instituição relataram o estado de abandono e degradação da estrutura da Estação, a qual está passando por um processo de restauração, uma vez que parte do teto de uma das estruturas ruiu.

A mobilização dos moradores da cidade também se fez presente no processo de tombamento da Estação, que tramitou por mais de uma década junto ao IPAC até sua inscrição enquanto patrimônio do Estado da Bahia. Como uma iniciativa para que se preservem o espaço e sejam criadas iniciativas e captados recursos para a manutenção do prédio, foi criado o Museu da Estação Ferroviária, localizado no primeiro bloco da construção.

Algumas Considerações

Compreender os processos e práticas museais, para além dos espaços dos museus é um desafio e ao mesmo tempo uma experiência ímpar, percebendo as mutações e reapropriações pelas quais os patrimônios passam e as formas como estes se configuram enquanto elementos pertencentes às representações sociais e pessoais.

Perceber que a cada nova narrativa, seja oral, impressa, imagética encontrada/descoberta sobre o objeto de pesquisa faz-se repensar as práticas adotadas/empregadas e parte-se para novos focos, novas possibilidades. A pesquisa não encerra-se em si mesma, mas desdobra-se em diversas possibilidades que atualmente se centram nas leis de Tombamento, nos processos de tombamentos e nas narrativas dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

moradores na busca da compreensão desse processo de musealização pelos quais esses espaços passaram/passam, a noção de patrimônio e compreender os Museus – um que já foi criado e outro que está em projeto – que são sempre atrelados aos espaços musealizados na cidade de Alagoinhas.

Referências

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

COLETÂNEA DE LEIS SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

CONCEPTOS CLAVES DE MUSEOLOGÍA. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Espagnol_BD.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2011.

FERREIRA NETTO, Waldemar. *Tradição Oral e produção de narrativas*. São Paulo: Paulistana, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: n: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 64-89.

LEIS estaduais disponíveis em: <<<http://www2.casacivil.ba.gov.br>>>. Acesso em 11 de novembro de 2010.

MACHADO, Jurema. A UNESCO e o Brasil: Trajetória de convergências na proteção do Patrimônio Cultural. In. FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (org). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, Campinas: Nepam, 2009, p. 131-144.

PROCESSO DE TOMABAMENTO da Estação Férrea São Francisco. Salvador: IPAC, 2002.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/rangel/mem%C3%B3ria%20e%20identidade.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

WATREMEZ, Anne. Vivre lepatrimoine urbain au quotidien : pour une approche de la patrimonialité. In : *Culture et musées : Revue Internationale Muséologie et recherches sur la culture*.N° 11, Actes Sud, Juillet 2008, p. 11-34.